

PREFÁCIO 12	CAP. 1 O COMEÇO DO FIM 19	CAP. 2 O PRÍNCIPE DAS APOSENTADAS 38		CAP. 3 A EDUCAÇÃO PELA MÁFIA 56	CAP. 4 MELHORES AMIGOS DE INFÂNCIA 70	CAP. 5 O MORALIZADOR 85
CAP. 6 DORMINDO COM O INIMIGO 103	CAP. 7 RENASCER DE UM MACHO 117	CAP. 8 VOCÊ JÁ ESTEVE LÁ? 131		CAP. 9 MENOS SIMPATIA, QUERIDO 147	CAP. 10 A REPÚBLICA DE MANGARATIBA 161	CAP. 11 O PIOR CARNAVAL DO MUNDO 179
CAP. 12 FARRA DOS GUARDANAPOS 190	CAP. 13 BOMBONS E BRIGADEIROS 205	CAP. 14 O BRASIL PROFUNDO 218		CAP. 15 OPERAÇÃO CALICUTE 242	EPÍLOGO 265	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 279 CRÉDITO DAS FOTOS 304 AGRADECIMENTOS 307

PREFÁCIO

Excesso, exagero, desmedida

RENATO JANINE RIBEIRO

O que mais preocupava os gregos era uma atitude de arrogância, soberba, vaidade mesmo, que chamavam de *hybris* e que, no entender deles, precipitava o ser humano na desgraça. Mesmo no *Édipo Rei*, de Sófocles, o mais grave não é o protagonista ter matado o próprio pai e desposado a mãe – mas sua insistência em investigar até o fim, em resolver tudo, em dominar todas as circunstâncias. O que derruba Édipo não é o parricídio seguido de incesto (ambos cometidos inconscientemente), mas a crença de que ele solucionará tudo, de que todos os problemas serão superados graças à sua ação inteligente.

O que mais impressiona nesta história, nestas histórias que nos conta Tom Cardoso, não é apenas a corrupção. É a arrogância, a soberba: o excesso, o exagero, a desmedida. Não temos, nas ações dos principais personagens, apenas atos de corrupção. Porque eles aparecem mesclados a uma enorme vaidade, a uma convicção de impunidade, a uma sede sem limites de ter, de gastar, de aparecer.

Não sejamos hipócritas. Por mais que qualquer ato de corrupção seja criminoso e antiético, o fato é que há gradações no desvio do patrimônio público, assim como na subtração da propriedade alheia. Compreendemos melhor quando esses crimes são cometidos dentro de um certo limite. Não é que a contenção do corrupto ou do ladrão o anistie de seu crime, mas faz com que seja mais fácil *compreender* por que o praticou. Quando os valores se tornam excessivos, contudo, uma espécie de alarme mental soa. Escapa já à nossa compreensão.

Nas peripécias do protagonista, temos uma acumulação ininterrupta de riquezas. Tomo dois episódios principais. Um deles, festivo, é a homenagem que ele recebeu em Paris, na festa que mais tarde entrou para os anais do espanto nacional como a Farra dos Guardanapos. Somam-se ambição, vaidade, desperdício e até mau gosto. Fazer trezinho num palacete parisiense em que costuma se reunir a elite econômica e social da França não terá sido bem-visto por parte dos comensais e pela totalidade dos que trabalhavam na festa. E este próprio fato – que os garçons e funcionários que trabalharam aquela noite terão sido mais criteriosos, mais educados, mais conhecedores da boa educação do que parte significativa dos convidados – já diz muito sobre o meio que, aquela noite, se deslumbrava no salão do Hôtel de la Païva.

O outro episódio é trágico: a queda do helicóptero que transportava a potencial namorada do governador e a esposa do empreiteiro, matando-as e a mais algumas pessoas. Em que pese o sofrimento que esses dois homens tiveram, o fato é que o voo foi irresponsável e

possivelmente criminoso. Voar sem condições mínimas de segurança é algo que não se faz. Mandar as mulheres amadas num voo da morte coloca em dúvida o amor ou, na melhor das hipóteses, faz supor a arrogância – de novo – de quem acredita que a simples vontade de dois poderosos, um no dinheiro e outro na política, possa superar as limitações da natureza.

Um episódio fala da arrogância nos dias de festa, o outro da arrogância nos dias que trazem dor. O ponto comum é o exagero.

Se o dinheiro desviado foi desse montante, e se boa parte dele foi gasta em celebrações de vaidade (como o solado vermelho constantemente exibido por outra personagem, para mostrar que seu sapato era de uma grife cara – caríssima –, ou as joias adquiridas em profusão), o que isso nos diz sobre a psique das pessoas que assim agem? Sobre o seu caráter?

Caráter pode ter dois sentidos. Pode ser tema da ética, como quando dizemos que uma pessoa tem caráter, é de bom ou mau caráter. E pode ser tema da psicologia, como quando, de forma mais descritiva, não condenatória nem elogiosa, procuramos entender por que uma pessoa agiu assim.

Arrisco uma hipótese – correndo um certo risco, claro, porque sem conhecer a fundo as pessoas não há como efetuar um juízo psicológico, nem o tentarei. Há, numa parte mais rica da sociedade brasileira, uma convicção de impunidade ou de imunidade. Pensam alguns que jamais serão chamados a prestar contas do que fazem. Sentem-se a salvo de qualquer punição, o que é a impunidade, ou mesmo protegidos de toda apuração, o que seria talvez a imunidade. A impunidade diz respeito ao Judiciário, a imunidade à polícia e ao Ministério Público. Que outro personagem desta história se refira às ações do grupo como “putaria” é bem significativo. A equipe tem noção de que está fazendo algo errado, muito errado. No entanto, não vê problema nisso. E é provavelmente o que permite ir além de todo e qualquer limite.

Proponho uma hipótese adicional: se a elite se caracteriza por esse misto de impunidade e imunidade, será que o acesso à elite não é percebido – e ambicionado – justamente como a chance de se tornar impune e imune? Além dos privilégios mais visíveis, como o do dinheiro, do banquete, do helicóptero voando contra a lei e a prudência, também a vantagem suprema de não prestar contas, de estar acima das leis e fora do alcance da polícia e da Justiça? Será esse um dos móveis para o alpinismo social de grande escala, aquele que deseja escalar os Himalaias da corrupção?

Limitar-se, sabiam e diziam os gregos, é da condição humana. Não é fortuito que a democracia tenha nascido justamente na sociedade grega, há dois milênios e meio. Quem extrapola os limites pretende ser mais do que humano: usurpar o papel de deus, que é o desejo do déspota. Sua queda é inevitável, nas tragédias gregas.

Mas teria sido *inevitável* a queda do principal personagem? É espantoso, num país com liberdade de imprensa, mais que isso, com uma imprensa ávida por histórias que tenham algo de picante, que a farrá de Paris – a fagulha deflagradora do incêndio que consumiria o protagonista e sua equipe – somente tenha vindo à tona devido a uma querela de ex-família. Mais uma vez, foi a vida *privada* – como no rumoroso episódio da Casa da Dinda, que terminou derrubando o presidente Fernando Collor – que moveu a esfera *pública*. Isso é preocupante. Afinal, tratava-se de uma festa, embora particular, com numerosos convidados. Mas sua divulgação só ocorre anos depois, em situação que Tom Cardoso constrói com sua perícia de jornalista e escritor.

No final, ficam algumas questões. Como pode nossa sociedade gerar situações em que não apenas ocorra a corrupção, mas em níveis tão elevados? Como pode ela engendrar, além da corrupção, essa sensação de arrogância, de impunidade? E, finalmente, até quando a revelação desses episódios dependerá de querelas internas ao próprio clã? Porque é de se esperar que nossos homens públicos sejam mais

honestos, cômicos de seus deveres – e que, se não o forem, seus erros e excessos possam ser descobertos de forma republicana. E isso ainda falta em nosso país.

RENATO JANINE RIBEIRO

Professor de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo e na UNIFESP. Ministro da Educação de abril a outubro de 2015, lançou em 2017 o livro *A boa política* e, em 2018, *A Pátria Educadora em colapso – Reflexões de um ex-ministro sobre a derrocada de Dilma Rousseff e o futuro da educação no Brasil*.

Cabral não dormira no apartamento do Leblon naquela noite. Passara o dia na mansão em Mangaratiba, após mais uma acalorada briga com a mulher. O motivo não era o de sempre, as já conhecidas crises de ciúmes de Adriana, acentuadas nos momentos de depressão e ansiedade, quando ela, por recomendação médica para evitar uma intoxicação, se via obrigada a não tomar a excessiva dose de remédios para emagrecer. Alguns dos ataques de fúria, porém, não eram fruto apenas do destempero e da abstinência química. O histórico de prevaricação do marido incluía até uma cantada grosseira à dona de um grande jornal carioca que, por conta do assédio, decidira fazer oposição ferrenha ao governador.

Todos os desentendimentos terminavam da mesma maneira, com Cabral arrumando um jeito de prestigiar a mulher, a quem chamava de “Riqueza”, aumentando seu poder dentro do governo. Dessa vez, o marido passara dos limites e não tinha nada a ver com infidelidade. Adriana já sabia e agora era oficial, manchete de todos os *sites* jurídicos daquela manhã do dia 6 de junho de 2011: a presidente da República, Dilma Rousseff, escolhera dois novos ministros para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ao sugerir à presidente, aliada

política, a indicação de ministros ao STJ, Cabral decidira, pela primeira vez, contrariar uma ordem de Adriana, funcionária informal e poderosa, que não aceitava nenhum tipo de ingerência, nem dele próprio, principalmente se o assunto fossem nomeações para tribunais. Desde a posse de Cabral, em 2007, era Adriana quem dava as cartas, como ficou evidente logo no primeiro ano de mandato, quando ela bateu o pé e conseguiu convencer o marido a nomear um defensor público para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O defensor público sugerido por Adriana não era o nome da preferência do advogado Régis Fichtner, chefe da Casa Civil de Cabral. Procurador do Estado concursado desde 1990, doutor em Direito Civil por três universidades, Fichtner era considerado, publicamente, o braço jurídico do governo, mas exercia um poder quase simbólico se comparado ao da ex-aluna da PUC do Rio: Adriana Ancelmo. Por uma ironia da história, o próprio Fichtner tinha sido o responsável indireto pela união de Cabral e Adriana, ao contratar a ex-aluna como assessora durante o cargo de procurador-geral da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Foi no elevador privativo do Palácio Tiradentes, no início de 2001, que Cabral e a advogada se encontraram pela primeira vez. Casaram-se três anos depois, apaixonados. Existia amor, até demais, mas aos olhos de seus pares parecia um típico casamento por conveniência. Antes de conhecer Cabral, Adriana era dona, junto com o então marido, Sérgio Coelho, e um sócio, de um pequeno escritório de advocacia no segundo andar de um sobrado no bairro do Saara, o famoso centro de comércio popular do Rio. A banca, com poucos clientes, tocada apenas pelos três advogados, tinha como especialidade causas cíveis no setor da saúde.

Quando Cabral tomou posse como governador do Rio, em 2007, Adriana já era a “Riqueza” do marido. A banca Coelho, Ancelmo e Dourado ocupava o 14º andar de um prédio na Avenida

Rio Branco, o centro financeiro da cidade. Foi preciso contratar imediatamente 30 funcionários para dar conta do grande volume de causas defendidas pelo escritório, que no primeiro ano subiu de 506 para 9.800, um aumento de 1.836%. O próprio governo do Rio se tornara um dos maiores clientes, responsável por dezenas de processos nos quais o Estado figurava como réu.

A maioria dos contratos do escritório de Adriana era celebrada com empresas que recebiam benefícios fiscais do governo Cabral, que tinha grande interesse em turbinar os negócios da mulher, não só para aumentar o patrimônio do casal, mas também para poder justificar o enriquecimento incompatível com os vencimentos de governador. Toda vez que um adversário político apontava o dedo para o estranho aumento do padrão de vida de Cabral, um filho de jornalista, nascido no subúrbio do Rio, dedicado apenas à vida pública, ele se dizia orgulhoso por ser casado com uma das mais brilhantes advogadas do Brasil.

E se, por acaso, Cabral não resistisse a um rabo de saia ou se ela, para demonstrar poder, xingasse o marido na frente dos assessores e secretários, tudo bem: o arranca-rabo também servia a ambos. O governador descobriu outra eficiente maneira de lavar a grana que não parava de chegar em malas trazidas pelos operadores: comprar joias, muitas joias, o que permitia transformar uma grande quantidade física de dinheiro em objetos de pequeno porte, facilmente transportados e ocultados. E, para Adriana, ganhar um par de brincos com esmeraldas navetes no valor de R\$ 140 mil podia ter o efeito de uma caixa de sibutramina.

Tudo indicava que o ano de 2011 seria tão bom quanto o anterior para o casal. Adriana continuava aumentando a cartela de clientes e exercendo ingerência nas decisões jurídicas do governo. Já Cabral, reeleito governador no primeiro turno com 66% dos votos válidos, o terceiro mais votado do país, sonhava até com a presidência da República ou, no mínimo, com o cargo de vice da

presidente Dilma na reeleição em 2014. Para ele, o PMDB, principal aliado da gestão petista, não jogaria fora a chance de indicar para a chapa o popular político que obtivera a proeza de reduzir os altos índices de violência do Rio ao criar as UPPs, Unidades de Polícia Pacificadora.

E existia o fator Olimpíada, que seria disputada no Rio em 2016, e a Copa do Mundo, em 2014, que já atraíam fortes investimentos para a cidade e para as contas secretas do governador – não era ainda pública a “mesada” de Cabral, que, segundo o Ministério Público Federal, embolsava 5% dos valores de contratos firmados entre governo e empreiteiras.

A boa situação financeira do estado fizera, em 2009, a Standard & Poor's (S&P), a mais tradicional agência de classificação de risco de crédito do mundo, conceder grau de investimento ao Rio. Primeiro estado do país a conseguir a nota, uma espécie de selo de “bom pagador” – fundamental para atrair novos recursos –, o Rio de Cabral sonhava em recuperar parte do protagonismo econômico, perdido desde a mudança da capital para Brasília em 1960.

O entusiasmo de Cabral era tão grande que ele começou 2011 prometendo o impossível no discurso de posse na Alerj: livrar o Rio, em quatro anos, do poder do tráfico de drogas e das milícias. “Reafirmo que aqui, em 2014, não haverá uma comunidade, um bairro do estado dominado pelo poder paralelo, seja de miliciano, seja de traficante.” Aos jornalistas, Sérgio Cabral Filho dizia sempre se inspirar na máxima do psiquiatra Roberto Freire para fazer valer suas promessas: “Faço as coisas com tesão. Sem tesão não há solução”.

O que o governador ainda não sabia era que a tão propagada volúpia contribuiria para mergulhá-lo em poucos meses numa crise sem fim. Para quem projetava quatro anos de bonanças e grandes conquistas, o ano de 2011 já começava a dar pistas de que não seria tão simples cumprir as profecias.

Cabral e Adriana tomavam café num hotel cinco estrelas, em Londres, no momento em que uma tempestade, iniciada na madrugada do dia 12 de janeiro, começou a varrer a Região Serrana do Rio. Só nas primeiras horas, por conta dos deslizamentos provocados pela chuva, mais de 300 pessoas morreram – no total seriam quase mil –, uma das maiores tragédias climáticas da história do país.

Cabral só voltou ao Rio quase três dias depois, após ser questionado até por parte da grande imprensa carioca, então leniente parceira do político que prometera transformar uma das mais violentas cidades do país num balneário suíço. Se o governador passava tanto tempo no exterior, em viagens de férias ou oficiais, como conseguiria a proeza de acabar com o domínio do tráfico de drogas em quatro anos?

Sempre que questionado, Cabral dizia que o sucesso do segundo mandato estava diretamente relacionado à busca por novos recursos para o estado e que era obrigação fechar novas parcerias com investidores internacionais. E, assim, ele viajaria mais 11 vezes para fora do país até o fim de 2011.

As viagens de Cabral serviam a dois propósitos: esconder boa parte do que era desviado de obras públicas em contas no exterior e transformá-lo numa espécie de versão latino-americana do sultão de Brunei, o bilionário do país asiático conhecido por exibir, sem pudor, sua riqueza. O governador talvez ainda não pudesse sonhar com uma mansão de 1.788 quartos e garagem para 5 mil carros de luxo, mas os roteiros de viagem eram de causar inveja ao mais fanfarrão dos emergentes brasileiros.

Nada o impressionava mais que o serviço oferecido na primeira classe pela Emirates Airline, nos voos diretos do Rio para Dubai. Durante meses, nos habituais encontros aos sábados com amigos e comparsas em Mangaratiba, ele narrou o fascínio de dormir com o pijama oferecido pela companhia aérea, confeccionado com microcápsulas de hidratação ativa e feito à base de algas marinhas que, além

de estimularem a circulação sanguínea, evitavam a desidratação da pele. Cabral era tão louco por aqueles pijamas quanto Adriana pelos sapatos Christian Louboutin, comprados em quantidades industriais durante os passeios do casal.

As viagens não oficiais eram as mais divertidas. Como ainda não era tão vigiado pela imprensa, Cabral não se sentia na obrigação de divulgar o destino e o roteiro e podia convidar quem quisesse. E não havia melhor companhia do que um empresário pernambucano tão ambicioso, extrovertido e hedonista quanto ele: Fernando Cavendish. Os dois acumulavam trajetórias parecidas, nas respectivas atividades. Cabral sempre se mostrou mais talhado para a vida pública do que o pai, o jornalista e ex-vereador Sérgio Cabral, que o introduziu na política, reconhecendo desde cedo a vocação do primogênito.

Cavendish também tirara da sombra a modesta construtora fundada pelo pai, Inaldo Soares, no começo da década de 1960, limitada a pequenos empreendimentos no Recife. Assim que assumiu o controle da Delta Construções, no começo dos anos 1990, a primeira e ousada decisão de Fernando foi transferir a matriz da capital pernambucana para o Rio de Janeiro, onde a concorrência era infinitamente maior – e as oportunidades também. Articulado, Cavendish conseguiu o primeiro grande contrato para a Delta no início da gestão do governo Anthony Garotinho (1999-2002) ao ganhar a concessão da estrada RJ-116, de Itaboraí a Macuco, no interior do estado.

A Delta seguiu com bons contratos no governo Rosinha Garotinho (2003-2006) e nas prefeituras do Rio, tanto na gestão Cesar Maia (2002-2008) quanto na de seu sucessor, Eduardo Paes (2009-2012), mas nada comparado aos negócios firmados durante o governo do “compadre” Sérgio Cabral. Até o início de 2011, a Delta

recebera mais de R\$ 1,3 bilhão, sendo R\$ 214 milhões para obras com dispensa de licitação. Apenas em 2010, no último ano do primeiro mandato de Cabral, a construtora fora agraciada com 18 obras, 13 delas sem precisar entrar em concorrência.

O mesmo critério afetivo/financeiro que Cabral levava em conta ao se casar com Adriana Ancelmo valia para o futuro amigo do peito Fernando Cavendish. Ele sempre se cercara, com algumas exceções, de pessoas com quem mantinha laços fraternais – o séquito de operadores financeiros era formado por ex-colegas de escola e até por um peladeiro dos tempos de futebol de praia em Copacabana. Cavendish, disposto a qualquer farra, era muito bem-vindo ao grupo, sobretudo como parceiro nos roteiros de luxo pelo mundo. Não seria na companhia de Luiz Fernando Pezão, o vice e “caxias” secretário de Obras, que Cabral pretendia passar uma temporada num *resort* nas Bahamas.

Com Cavendish, uma espécie de alma gêmea, Cabral também se sentia mais à vontade para alardear as conquistas amorosas. Ambos se viam como Don Juan, casados com lindas mulheres. O construtor estava no segundo casamento, apaixonado por Jordana Kfuri, a então diretora-geral da Ponto Forte, construtora vizinha à Delta, na Avenida Rio Branco. Fundada em 1978 pelo engenheiro Dario Kfuri, pai de Jordana, a Ponto Forte não tinha, como a Delta, relações estreitas com o governo, muito menos vira o faturamento saltar de R\$ 104,8 milhões em 2004 para R\$ 753 milhões em 2010, porém conseguira crescer especializando-se na construção de casas populares.

Dario deu um apartamento para cada uma das quatro filhas e preparou Jordana, a segunda mais velha, para sucedê-lo na empresa. Ela se mostrara pouco afeita à rotina corporativa, um tédio para quem não perdia uma festa na companhia do namorado, o empresário Zé Luca Magalhães Lins, o boêmio herdeiro do ex-banqueiro José Luiz Magalhães Lins. Os namorados haviam tido um filho juntos, o

menino Luca, e as colunas sociais já anunciavam mais um casamento na *high society* carioca; mas Jordana, durante um casual encontro no Rio Branco, não resistiu ao charme de Cavendish, com quem teria, também antes de se casar, duas filhas gêmeas: Fernanda e Catarina.

A empatia entre Cabral e Cavendish começou a nascer na festa de casamento do dono da Delta com Jordana, em novembro de 2009, realizada na mansão do empresário na região de Itaipava, em Petrópolis. O governador gostou do que viu: uma celebração para 700 convidados, com direito a uma imensa passarela decorada com castiçais de prata, gotas de cristal e rosas brancas, que lembrava seu casamento com Adriana, cinco anos antes. Havia tempos, ansiava por um parceiro-ostentação. Cavendish era o cara.

Durante a cerimônia, Cabral não se encantou apenas com os castiçais de prata – queria saber mais sobre a cunhada do novo e fraternal amigo, a também bela e balzaquiana Fernanda Kfuri, primogênita de Dario. Cavendish contou o que sabia. Assim como o governador, Fernanda era formada em Jornalismo e, após tentativas frustradas de virar repórter da TV Globo, conseguira engatar uma carreira como produtora de *marketing* na emissora.

Separada do cantor Bruno Gouveia, vocalista do grupo de *rock* Biquini Cavado, com quem também tivera um filho, Fernanda era a melhor amiga de Jordana. Da irmã ouvia, impressionada, histórias sobre as nababescas viagens pelo mundo, algumas em companhia do poderoso governador fluminense.

Cabral mostrou interesse por Fernanda, e Cavendish prontificou-se a ajudá-lo. Já confidentes, companheiros de copo nas madrugadas em Mangaratiba, podiam ser sinceros um com o outro, sem melindres. O construtor confessou a antipatia por Adriana, a quem considerava

autoritária, com uma interferência exagerada dentro do governo. Qual outra primeira-dama, no mundo, detinha o poder, sem precisar consultar o marido, de nomear desembargadores?

De que adiantava, dizia Cavendish, ser um dos mais populares políticos do país, com chances de chegar à presidência da República, se, na intimidade, não passava de um pau-mandado da mulher? Quando Cavendish convidou Cabral e Adriana para serem os padrinhos de batizado das filhas gêmeas, realizado em abril de 2011, o compadre já estava de olho numa nova “riqueza”: Fernanda Kfuri.

Saber guardar segredo não era uma das qualidades do sempre impulsivo governador, nem quando a vítima da fofoca fosse ele mesmo. Naquele batizado, Adriana soubera das intenções do marido e da sua disposição em dar fim ao casamento e, conseqüentemente, acabar com os seus superpoderes dentro do governo. Cabral já sinalizara que assim seria ao acatar a sugestão de Régis Fichtner para que indicasse um amigo ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), e não o nome imposto pela mulher Adriana, nada menos que um dos sócios no escritório de advocacia, Rodrigo Cândido Oliveira.

Ao mostrar influência dentro do governo, exibindo a intimidade com magistrados de todos os níveis, Adriana impressionou muitos clientes, atraindo-os para o escritório. O apresentador e empresário Luciano Huck tinha sido um deles. Alvo de uma ação civil pública movida pelo município de Angra dos Reis em outubro de 2007, por supostos danos ambientais e construções irregulares na casa de veraneio, Huck foi representado pelo escritório de Adriana, que, como de costume, contou com a providencial ajuda do governador. Por meio de um decreto, em junho de 2009, Cabral tornou mais flexíveis as regras para construções em áreas de preservação ambiental em Angra e em outras regiões do estado. Na época, o decreto foi apelidado nas redes sociais de “Lei Luciano Huck”.

Em plena crise conjugal, Cabral se viu no meio de outro turbilhão: a greve geral dos bombeiros do estado, em maio de 2011.

Centenas de bombeiros ocupavam o quartel no centro da cidade, protesto que se estendia para avenidas importantes da região. A categoria reivindicava um aumento de salário de R\$ 950,00 para R\$ 2 mil e melhoria nas condições de trabalho. O governador reagiu com destempero e arrogância. Classificou o protesto como “ato político” e deixou claro que não cederia às reivindicações. No auge da queda de braço, Cabral, exaltado, chamou os bombeiros de “vândalos e irresponsáveis”. Sua popularidade nunca mais foi a mesma.

O secretariado que lidasse com os “bárbaros”. Cabral, dessa vez sem Adriana, estava de malas prontas para a viagem mais trágica de sua vida.

No dia 17 de junho, uma sexta-feira, Cabral voaria para Trancoso, no sul da Bahia, para comemorar os 48 anos do amigo de fé Fernando Cavendish. A festa seria realizada no dia seguinte, no Jacumã Ocean Resort, um condomínio de luxo onde o governador já estivera pelo menos cinco vezes, interessado em comprar um dos lotes do empreendimento. Seria a primeira viagem de Cabral ao lado de Fernanda Kfuri e ele queria impressioná-la, mostrando o lote de 12 mil metros quadrados, no valor de R\$ 8 milhões, onde sempre sonhara em levar uma nova namorada.

Dias antes da viagem ao sul da Bahia, Cabral dera ordem para que a secretária ligasse para o Grupo EBX e avisasse que usaria novamente um dos jatos que o amigo Eike Batista colocara à disposição. Empresário cuja única ambição era galgar posições no *ranking* dos homens mais ricos do mundo – em 2011, já era o oitavo, segundo a revista *Forbes* –, Eike contava com uma mãozinha de parceiros poderosos, como o governador do Rio, que, em troca de apoio financeiro para as campanhas e algumas mordomias, também tinha sido

generoso, concedendo, em forma de benefícios fiscais, cerca de R\$ 79 milhões ao grupo EBX.

Naquela mesma semana, o governo do Rio concedera a tão esperada licença ambiental para que Eike começasse, enfim, as obras do estaleiro no Porto do Açú, no norte do estado. Cabral podia, portanto, pedir o que quisesse, mas, mesmo assim, o bilionário brasileiro se irritara com os exageros do governador, um viajante contumaz, que chegara ao ponto de usar o jato Legacy para duas “pernadas” até um *resort* nas Bahamas: uma para levar ao local ele e o casal Cavendish, a outra, apenas dois dias depois, para buscar Adriana Ancelmo. Dessa vez, porém, o governador prometia não abusar: seria apenas um bate e volta de fim de semana para o sul da Bahia.

No meio da tarde, o Legacy, prefixo PR-AVX, levantou voo do Santos Dumont com nove passageiros: Sérgio Cabral, o filho Marco Antônio (do casamento com Susana Neves) e a namorada Mariana Noleto; Cavendish, Jordana e Fernanda (com os respectivos filhos, Luca, de quatro anos, e Gabriel, de dois) e a babá Norma Batista de Assunção. O piloto de Eike recebera a recomendação de descer no aeródromo Terravista, que ficava próximo do *resort* Jacumã, mesmo sabendo das condições precárias de pouso apresentadas pela pista – não era raro, em época de chuvas, aviões entrarem na zona de transição, crítica para as transmissões de rádio, chamada no linguajar operacional de “buraco negro”. Como começara a chover, o piloto preferiu pousar no Aeroporto de Porto Seguro, mais estruturado, recomendando que todos esperassem a melhoria do tempo para fazer a viagem até o *resort* em Trancoso.

Assim que desembarcou em Porto Seguro, Cabral ligou para o ex-doleiro e empresário Marcelo Mattoso de Almeida, um dos sócios do *resort* Jacumã e o anfitrião do fim de semana, também responsável por intermediar com o governador a aquisição do tão desejado lote. Marcelo começava os preparativos do jantar com a mulher, Cláudia de Baere, mas de imediato se prontificou a buscar o grupo

com o helicóptero e trazê-lo diretamente para o *resort*. Ele fizera a mesma viagem no dia anterior, ao desembarcar de um heliponto da Gávea rumo a Porto Seguro, e explicou a Cabral que conhecia como poucos a região, que a distância era pequena (cerca de 10 minutos de voo até a Fazenda Jacumã), e que, se tudo desse certo, poderiam até voar antes do anoitecer.

Mesmo com a habilitação vencida desde 2005, Marcelo conseguia aprovar os planos de voo usando nomes de pilotos que a empresa, a FirstClassGroup, especializada no setor imobiliário, contratava. Mas era o próprio Marcelo quem pilotava os quatro helicópteros da empresa, boa parte das vezes para fechar negócios pelo Brasil. Marcelo não perderia a chance de ser o anfitrião do aniversário do dono de uma das maiores construtoras do país, muito menos de estreitar ainda mais as relações com o governador – e, quem sabe, até fechar a venda de um dos lotes.

O tempo no sul da Bahia fechou, o que não inibiu os planos de Marcelo, que não conseguiria, como prometera a Cabral, fazer o voo durante o dia. Era noite quando o helicóptero decolou do *resort* pontualmente às 18h; os empregados do condomínio receberam ordens de ligar os refletores das quadras de tênis, uma tentativa de melhorar um pouco as já adversas condições de pouso. Quinze minutos depois, ainda sob forte chuva, Marcelo pousou no Aeroporto de Porto Seguro.

O grupo de Cabral era formado por nove pessoas e estava além da capacidade da aeronave, um Eurocopter AS 350 Esquilo, fabricado para suportar, no máximo, cinco pessoas. Depois de uma rápida conversa, ficou decidido: as quatro mulheres e as duas crianças viajarão primeiro. Aparentemente um gesto de cavalheirismo por parte do trio de homens, mas que mais tarde seria visto com certo espanto pelos responsáveis pela investigação do voo. Nada fazia sentido, por causa das péssimas condições climáticas e também por estabelecer uma divisão desigual de pessoas, permitindo que o helicóptero voasse com uma pessoa a mais do que o permitido.

Marcelo decolou de Porto Seguro, usando a licença do piloto Felipe Calvino Gomes, às 18h41. Oito minutos depois, sobrevoando o condomínio de Itapororoca, o helicóptero perderia o contato com o radar. O impacto no mar foi tão forte que a aeronave desceu a seis metros de profundidade. Única sobrevivente na queda, Fernanda Kfuri, apesar dos graves ferimentos, conseguiu, apoiada num dos bancos flutuantes, nadar em direção à praia de Itapororoca, onde agonizou por um longo tempo até a chegada da ambulância. Levada ao hospital mais próximo, morreu na manhã seguinte.

A tragédia, noticiada em todo o país, expôs uma faceta de Cabral até então desconhecida da opinião pública e ainda pouco explorada pela imprensa: a estreita amizade com empresários que mantinham contratos com governos, relação essa que obedecia a um padrão meritocrático imposto pelo próprio governador. Quanto maior o vínculo afetivo com o mandatário, maior e mais benevolente a parceria com o estado. E logo se soube que Cavendish, seu chapa, mantinha contratos de mais de R\$ 1 bilhão, e que as empresas de Eike, o dono do jatinho, auferiram milhões de reais em renúncia fiscal.

Enquanto a imprensa investigava e expunha mais um típico caso de promiscuidade entre os interesses públicos e privados, Cabral, dias depois do acidente, recebia jornalistas no palácio do governo para anunciar a criação de um código de conduta, que a partir dali estabeleceria limites para a relação entre o Executivo e empresários:

“Quero assumir o compromisso de rever minha conduta. Vamos construir um código juntos, vamos estabelecer os limites (...) Enquanto eu for um homem público, tenho que respeitar a opinião pública, debater com a opinião pública. Sempre me

submeti a isso, como deputado, senador e como governador. Não há nenhum problema nisso.”

Mais esdrúxulo e confuso do que a medida, que, na prática, não tinha efeito algum, pois o estatuto de servidores do Rio proibia “exigir, solicitar ou receber vantagens de qualquer espécie em razão do cargo ou função”, foi o desdobramento. Cabral anunciou também a criação de uma Comissão de Ética para avaliar a conduta da gestão pública do estado, formada por integrantes do próprio governo e presidida por Régis Fichtner, ele mesmo, o ex-tesoureiro e na época chefe da Casa Civil.

E, para os que começassem a pegar em seu pé por ter concedido isenções fiscais a mais de 5 mil empresas, deixando de recolher R\$ 50 bilhões aos cofres do Estado, Cabral diria que na prática estava seguindo um modelo implantado durante os governos Lula e Dilma. A política de incentivos tributários (sobretudo para o setor automotivo) conduzida pelos governos petistas resultou numa renúncia fiscal de quase R\$ 60 bilhões somente entre 2011 e 2014.

Se não fosse tão convincente, ainda podia contar com o beneplácito de parte do Judiciário fluminense, que, durante muitos anos, mantivera estreitas relações com Adriana Ancelmo. Semanas depois do acidente, o promotor Emerson Garcia, responsável pela condução de um inquérito aberto para investigar possíveis favorecimentos em contratos do governo com Cavendish, sugeriu ao procurador-geral Cláudio Lopes o arquivamento do caso, alegando falta de provas, pedido prontamente atendido. A decisão do procurador-geral deu um novo e inesperado respiro a Cabral.

Até então, Cabral suportara a sucessão de infortúnios – a crise no casamento, as enchentes na Região Serrana, a tensa greve dos bombeiros

e, por fim, a tragédia no sul da Bahia – da mesma maneira que havia enfrentado outros momentos de dificuldade na vida: entupindo-se de calmantes. A alta dose de remédios para depressão e ansiedade, os questionamentos diários por parte da imprensa, a perda da nora e, talvez, de uma nova paixão, obrigavam-no a passar por sessões quase diárias de psicanálise.

Após algumas semanas de tratamento num consultório na Praça Santos Dumont, no bairro da Gávea, Cabral acatou duas sugestões de amigos e assessores: romper de vez o relacionamento com Adriana, o que de fato fez, ao oficial a separação em julho de 2011, na 6ª Vara de Família do Rio, e dedicar atenção exclusiva ao trabalho.

Voltar a trabalhar, no caso de Cabral, era novamente manter em bom ritmo as “putarias”, como Sérgio Côrtes, o secretário de Saúde, se referia jocosamente ao esquema de propina organizado e comandado pelo governador do Rio. A imprensa local ensaiava uma trégua, direcionando boa parte da cobertura à morte da juíza Patrícia Acioli, assassinada no dia 11 de agosto de 2011 com 21 tiros na porta da casa onde morava, em Niterói. Na mesma semana, Cabral fechava um novo contrato, também sem licitação, com a construtora Delta, no valor de R\$ 37,6 milhões.

Mesmo desgastado, com a popularidade em queda, Cabral ainda podia se valer das principais vitrines de governo, inaugurando UPPs em áreas até então dominadas pelo narcotráfico e anunciando investimentos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. Ele entrara no ano de 2012 ainda forte politicamente, o principal cabo eleitoral do prefeito Eduardo Paes. Cabral articulava pessoalmente o apoio do PT à candidatura de Paes, garantindo inclusive a presença do ex-presidente Lula nos palanques.

Faltava combinar com os russos. No dia 27 de abril de 2012, às 16h38, o ex-governador do Rio Anthony Garotinho, que de aliado político se tornara o mais combativo opositor da gestão Cabral, postou a primeira leva de fotos em seu *blog*. Nas duas primeiras imagens,

cinco homens dançavam e gargalhavam com guardanapos na cabeça. Em duas outras fotos o governador aparecia de terno, agachado na frente do mesmo grupo de homens da foto anterior, simulando o que parecia ser um número da popular dança “na boquinha da garrafa”. Nem nos tempos dos animados bailes do Clube da Maior Idade, no Canecão, Cabral se mostrara tão à vontade e desenvolto.

